

Arqueologia & História

volume nº 60-61 | 2008-2009

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses



*Materials para
um Livro Branco
da Arqueologia
Portuguesa*



Considerações várias acerca das crises de memória dos nossos governantes no que respeita à dignidade dos Museus Nacionais mormente do Museu Nacional de Arqueologia

José Cardim Ribeiro

1. Platão chamava a Aristóteles “o Leitor” e “a Inteligência”. “O leitor” porque, contrariamente às práticas filosóficas e culturais predominantes na Grécia Clássica, que privilegiavam a memorização, a transmissão oral e a pura especulação intelectual, Aristóteles colecionava livros e estudava-os praticando uma leitura pessoal e solitária, como nos nossos dias, afastando-se pois dos modelos seus contemporâneos que, mesmo no respeitante à leitura, a faziam quase sempre através do filtro da oralidade: ou com a ajuda de um escravo-leitor; ou no âmbito de uma recitação pública, ou semi-pública.

Quanto ao epíteto “a Inteligência”, ele prende-se por certo com a tendência predominante do pensamento aristotélico em classificar e analisar metodicamente os objecto reais para, a partir destes, então especular. Tendência pelos vistos já detectável nos tempos em que o jovem Aristóteles frequentava a Academia e que, pouco a pouco, virá cada vez mais a evidenciar-se. Na derradeira fase da sua actividade, que corresponde à do Liceu ateniense, Aristóteles não só coleciona livros, mas também objectos. Ambos são, para ele,

coisas similares: porque cada livro é também em si mesmo um específico e característico objecto; e porque os simples objectos igualmente permitem, através deles, uma determinada leitura do mundo. Afastando-se cada vez mais do universo platónico das Ideias, Aristóteles ensaia agora a apreensão da Realidade através do estudo atento e exaustivo de uma infinidade de casos particulares: colecções de leis; recolhas de provérbios; obras literárias de diversos géneros; diálogos e dissertações de cariz filosófico, ou mesmo apenas sapiencial; mas, também, colecções de animais raros, de rochas, de objectos vários. A finalidade derradeira seria retornar um dia, previamente impossível de determinar no insondável decurso do tempo, ao mundo inteligível, agora não apenas por pura especulação abstracta mas após um longo e aturado caminho de análise, estudo, investigação e decifração da pluralidade das coisas concretas que nos rodeiam: memórias dos Homens e memórias da Natureza.

O projecto aristotélico do Conhecimento veio a ganhar uma dimensão e uma dinâmica superlativas em Alexandria, por iniciativa de um poder tão absoluto quanto esclarecido: o de Ptolomeu Soter, possivelmente meio-irmão (embora ilegítimo) de Alexandre o Grande e, com ele, ex-aluno do próprio Aristóteles na corte macedónica. Em Alexandria, o *Museum* – com os seus sábios, mas também com as suas colecções – articulava-se com a *Bibliotheca*, pretendendo-se ali reunir “todos os saberes do mundo” para, em última análise e num futuro distante, se lograr alcançar o Saber em si mesmo. De novo, livros e objectos como instrumentos de leitura – de múltiplas leituras –, como contentores de memória, como suportes do discurso científico e filosófico.

Não é por acaso que as grandes bibliotecas europeias pós-conventuais venham a surgir ao mesmo tempo dos “gabinetes de curiosidades”, no Renascimento. Na verdade, de uma forma ou de outra, persegue-se ainda uma utopia de raiz aristotélica: encerrar toda a verdade, todo o conhecimento, entre estantes repletas de livros e entre armários peja dos de coisas consideradas preciosas por uma elite esclarecida – mas sem dúvida nenhuma desinteressantes, muito estranhas ou mesmo intimidatórias

para o homem comum. E o movimento prossegue, num constante – embora tantas vezes acidentado – diálogo entre os detentores do saber e os detentores do poder. Numa época, aliás, em que os detentores do saber tinham também, por isso mesmo, algum poder; e em que os detentores do poder se pretendiam tanto quanto possível sábios ... pelo menos na aparência...

Da Enciclopédia às grandes bibliotecas e museus públicos do século XIX, continua subjacente o sonho aristotélico. E, agora, com mais método e pretensões de exaustividade: definem-se séries, estabelecem-se tipologias, subdividem-se categorias e classes, constrói-se um mundo todo ele lógico, coerente e consequente, havendo a certeza de que os vazios virão a ser pouco a pouco preenchidos e os pontos ainda obscuros progressivamente iluminados. E, por outro lado, democratiza-se o acesso ao Saber. Mas, atenção: sem jamais se equacionar qualquer baixa de qualidade, de rigor ou de exigência. Nunca esteve então em causa criar como que prosélitos através de uma espécie de “evangelização cultural” – a qual teria exigido uma vulgata acessível a qualquer um. Mas sim abrir a possibilidade de leitura dos livros e dos objectos a todos quantos tivessem forças intelectuais para disso realmente beneficiarem. Fossem estes poucos, ou numerosos... Mais do que a sua quantidade importava antes a sua qualidade!

E assim se mantiveram as coisas, com maiores ou menores alterações – mas com esse fundo comum entendido como realidade segura e incontornável –, até pelo menos meados do século XX e, em múltiplos aspectos, quase até ontem... O Museu Leite de Vasconcellos é filho dessa visão do mundo; como também o foi – aliás de forma internacionalmente paradigmática – o Museu do Homem, em Paris.

Nesta óptica – e para além das necessárias estimativas para asseguramento e de outras eventuais avaliações pragmáticas –, o valor dos objectos musealizados considerava-se como incomensurável. Eram objectos “sem valor”, de tanto valor que tinham! Mas não eram vendáveis. Constituíam um Património Comum e testemunhavam uma Memória Colectiva. Eram as fontes e os alicerces do

Saber. Eram os filtros através dos quais apreendíamos a Realidade. Eram os luminosos espelhos do próprio Mundo. E ninguém discutia ou punha em causa estes axiomas, nem a natureza e a incontornável necessidade das bibliotecas de estudo, dos arquivos e dos museus.

Até porque, entretanto, se haviam construído novas memórias para estes já velhos objectos, ora musealizados. Um utensílio, para o indivíduo que o fabrica, é essencialmente um produto do seu engenho e que se almeja traduzir num ganho material. Para quem o utiliza é já outra coisa, um instrumento adequado, útil e necessário. Como objecto perdido, ou abandonado, ganha uma nova personalidade. E se for reutilizado ganha ainda uma outra. E uma outra ainda se a dado momento for ritualizado. Mais tarde achado, assume novas leituras: como “tesouro”, como “pedra de raio”, ou como coisa desinteressante embora nunca vista, pelo descobridor aleatório e inculto; como representação demoníaca a exorcizar ou destruir, a velha estátua ou a máscara iniciática, perante o inquisitorial sacerdote ou o zeloso missionário; como peça, como documento, como testemunho, para o erudito – e, de um modo geral, para o homem culto. Recolhida e classificada, passa então a ser um objecto de estudo. Por fim, exposta num museu, novas memórias poderão adensar ainda o “conglomerado herdado” de certas peças: esta foi recolhida por um arqueólogo célebre numa campanha emblemática – por exemplo, por Schliemann em Tróia; esta outra, de cariz etnográfico, que ora vemos na vitrina, pertenceu a Picasso e inspirou-o na sua fase cubista; este guerreiro representa um lusitano, povo célebre pela sua indomável oposição aos exércitos romanos e símbolo romântico de inconformismo, heroicidade e nacionalismo. E o objecto, assim, acrescenta agora umas tantas páginas ao seu já longo “bilhete de identidade” – e ganha também, saliente-se, uma significativa mais-valia.

2. Porém, as verdades tidas até há pouco como permanentes e consensualmente adquiridas estão hoje em causa, e em parte encontram-se já desfeitas. O mundo pós-modernista não é aristotélico. A banalização do saber e o endeusamento das

estatísticas obrigaram entretanto às tais nefastas “vulgatas” – e, de uma penada, destruíram o longo esforço de uma verdadeira democratização do conhecimento construída passo a passo, geração a geração. O poder já não é sábio, nem sequer culto, nem disso se preocupa ou envergonha – apenas ri com desprezo de quem ainda acha estranhas as suas exibições de ignorância, que aliás tantas vezes servem como arrogantes e populistas afirmações de força. Não é por acaso que nestes bárbaros tempos alguns políticos se orgulham de ser “animais ferozes”..

3. ¿Que resta, pois? Que nos resta, pois? Que resta das memórias cada vez mais esquecidas e apagadas? Qual o destino de todos estes objectos carregados de História, perante o quais nos emocionamos como se tivessem vida, como se fossem seres que compartilham da nossa própria vida, como se fizessem parte de nós próprios? – Porque, afinal, a memória dos objectos não é mais nem diferente do que a nossa própria memória! Que nos resta, pois, a quem ainda acredita/acreditamos num outro tipo de mundo, de ética, de cultura e de valores, que nos resta para transmitir/transmitirmos aos nossos filhos, às gerações vindouras?

Na verdade, temos ainda nas nossas mãos certos instrumentos – ou mesmo armas. E, sobretudo, a inteligência... Mas para passar à acção e para que tudo venha a funcionar como desejamos, teremos nós próprios de interiorizar, de compreender profundamente, algumas coisas fundamentais que por vezes nos custam a admitir – e de agir então em conformidade. Trata-se, pura e simplesmente, de estratégia – tão acutilante, definida e eficaz quanto possível.

(a) Em primeiro lugar, termos a humildade e a lucidez de reconhecer que este tipo de visão do mundo, que passa – entre tantas outras coisas – pela instituição-museu, é uma visão do mundo intrinsecamente nossa, europeia, e não um comportamento “natural” transversal a todas as culturas e civilizações. Sem contar com a pioneira Alexandria, que era aliás sobretudo helénica, foi na Europa que nasceram e se desenvolveram os museus e as concepções culturais que estão por detrás deles. A di-

fusão do museu pelo mundo foi apenas uma directa consequência dos vários movimentos colonialistas de matriz europeia. E, após décadas de implantação nesses cenários exóticos, os resultados são hoje muito diferentes de região para região.

Na África subsariana não existe, de um modo geral, qualquer identificação entre as populações e os museus, e muitos dos quadros intelectuais desses países, embora academicamente formados quase sempre nas principais cidades europeias, chegam a considerar ofensiva a perspectiva museológica vigente, que lhes legamos, contrária pelo seu óbvio carácter público e expositivo aos valores culturais, tantas vezes de ordem oculta e iniciática – e frequentemente vinculados aos objectos ora musealizados – característicos dessas sociedades e das suas próprias memórias e visões do mundo, tão diferentes das nossas. No Pacífico, e ainda no âmbito das comunidades índias da América do Norte, muitas colecções museológicas vieram a ser recentemente transmutadas dos valores ocidentais para os valores dessas mesmas comunidades: dezenas de milhares de objectos rituais e funerários foram retirados das vitrinas de Arqueologia e de Antropologia onde se mostravam a qualquer visitante desde há várias décadas, por vezes há mais de um século, e re-enterrados em campos sepulcrais e noutros locais sagrados; certas peças foram reunidas em salas interditas a mulheres, e outras em salas interditas a homens – conforme o seu peculiar cariz simbólico e os ancestrais tabus a elas inerentemente associados; outros conjuntos museológicos foram desmanchados para que peças tipologicamente similares mas portadoras de forças contrárias ou de “almas” inimigas não continuassem impiedosamente a confrontar-se no mesmo espaço e a espalhar influências nefastas à sua volta...

Apenas nos países coincidentes com o núcleo ancestral do mundo Islâmico, do Irão a Marrocos, o fenómeno museológico veio a adquirir raízes e significados similares aos do Ocidente. Mas, recordemos, a Civilização Islâmica comunga conosco de uma herança de base helenística – e aristotélica –, e a biblioteca, instituição gêmea do museu, foi e é uma constante nessa Cultura – de Bagdad a Cordova, do Cairo a Istambul, de Damasco a Teerão.

(b) Devemos pois concluir que a ameaça que hoje efectivamente pende sobre os nossos museus, sobre as nossas memórias, não é uma catástrofe universal, embora sendo sim uma catástrofe para nós próprios e para a Cultura Europeia. Mas esta constatação não diminui em nada o problema nem lhe retira importância e dramatismo. A universalidade de valores é um mito. Aliás, um mito europeu... O que nós sempre defendemos, mesmo quando pensávamos fazer outra coisa, foi constantemente a nossa própria concepção do mundo – a concepção Ocidental. Não há porém que ter complexos. Nunca nenhuma civilização agiu por conta de outra. É desejável a Tolerância, e mais ainda a Concórdia. Mas a imolação de uma civilização, de uma cultura, nos altares de uma pretensa equidade global de valores e de sensibilidades é coisa inusitada e que só passou mesmo pela cabeça da intelectualidade europeia – aliás então ainda confortavelmente instalada e sólida nas suas próprias memórias e concepções. Hoje, vê-se que não é assim.

Porém, se nos encontramos efectivamente em risco e em “crise de memória(s)” na Europa, a ameaça não vem de fora, mas do interior da nossa própria sociedade. E por isso é tão perigosa e destrutiva. A ameaça vem da arrogante ignorância que pouco a pouco ocupou o poder; e – pese embora o que afirmam as estatísticas oficiais... – das massas por esse mesmo poder mantidas ignoras, senão mesmo em crescente e acelerado processo de embrutecimento. A lúcida consciência da situação de verdadeiro perigo que hoje correm os valores culturais e éticos em que fomos formados e em que acreditamos – e também os museus e as suas colecções, as bibliotecas e os seus livros de estudo e de investigação, os arquivos e os seus documentos –, essa lúcida consciência é, ela própria, um imprescindível instrumento para logarmos, de algum modo, reverter a situação. Enquanto pensarmos que se trata apenas de alguns episódios desgarrados e passageiras, de ameaças pontuais, de políticas efémeras porque inconsequentes, não chegaremos a lado nenhum – e, quando acordarmos, fatalmente já será tarde. Aliás, já não é nada cedo... Porque, na verdade, estamos perante uma crise de fundo, no âmbito da qual se opõem duas

concepções completamente diferentes de encarar a vida, o indivíduo, o mundo e as sociedades.

(c) Outro instrumento que seria fundamental consciencializar e desenvolver, em todas as suas consequências, é o do valor intrínseca das colecções museológicas. E o único valor que hoje conta é o do mercado. Há pois que o salientar e, tanto quanto possível, de o acrescentar. Tem de passar a haver a nítida percepção pública de que um museu, como o Nacional de Arqueologia ou o de Arte Antiga (por exemplo), são em si mesmo autênticos “cofres-fortes” onde se abrigam reservas que valem como ouro.

¿Quanto atingiria um guerreiro galaico, autêntico, leiloado em Londres ou em Nova York? Certamente muitos e muitos milhares de euros! Mas, se a mesma peça for anunciada, de modo cientificamente menos correcto mas comumente mais apelativo, como “Guerreiro Lusitano”, e se dela se exibirem no catálogo estampas litográficas da época em que foi publicado pela primeira vez no século XIX ou nos alvares do XX – conferindo-lhe assim maior profundidade temporal em termos de coleccionismo –, então o preço do nosso guerreiro decuplicará!

(d) E aqui entramos numa outra ordem de considerações: a dos conhecimentos – agora não opostos mas utilmente complementares – esotéricos e exotéricos. E eis que voltamos a Platão e a Aristóteles. Eles compreenderam perfeitamente que a verdade das coisas não pode ser exposta de idêntica maneira a toda a gente. Ou, dito de outra forma, nem todos estão capacitados para percorrer o caminho do mesmo modo. E, queiramos ou não, seja ou não “politicamente correcto”, também nem todos estão preparados para se aproximarem do fim do caminho, já sendo por vezes muito bom que alcancem uma etapa média. Um dos nossos erros foi perpetuar nos museus a “seriedade” discursiva que, segundo acreditávamos, conduziria ao interesse e à automática instrução de todos os visitantes.

4. Foi essa a utopia do Museu do Homem, nesse aspecto paradigmático entre todos os outros. Mas o Museu do Homem acabou. As suas colecções foram encaixotadas, juntamente com as do Museu das Artes de África e da Oceânia. Hoje, toda essa

infundável multidão de objectos encontra-se nas reservas de uma nova instituição, o Musée du Quai Branly, sobre o Sena, mostrando-se uma pequena parte – considerada mais vistosa – na respectiva exposição permanente.

O Quai Branly é um museu de iniciativa presidencial. Foi Jacques Chirac que determinou, contra ventos e marés, o encerramento do Museu do Homem e do Museu das Artes de África e da Oceânia. Foi Jacques Chirac que determinou as principais linhas conceptuais do novo museu. Foi Jacques Chirac que determinou os fundamentais ingredientes a utilizar neste espantoso cozinhado museológico: um arquitecto célebre (no caso, Jean Nouvel); um edifício marcante e de referência na história da arquitectura contemporânea; uma exposição de “peças-vedeta”, baseada em valores predominantemente estéticos e cenográficos.

Quando visitei o Quai Branly senti uma opressiva e muito emocionada saudade do Museu do Homem, com o qual me identificava – e, comigo, tantos da minha geração. O Museu do Homem fazia parte intrínseca das nossas próprias memórias culturais – fazia já parte intrínseca da memória cultural europeia. No Quai Branly não existe um discurso expositivo racionalmente coerente, as grandes áreas geográficas misturam-se, a iluminação é com frequência insuficiente, a cenografia “naïf” e a confusão imensa: multidões cruzam-se e embatem-se, meias perdidas por entre as peças muito apelativas mas das quais dificilmente se apreende o contexto, se percebe a origem e a função, expostas quase só como simples componentes de uma enorme “instalação”. Os materiais informativos existem, porém, e em grande quantidade e diversidade: textos, filmes, bandas sonoras...; mas o seu acesso não é sempre imediato nem intuitivo, nem eles formam parte integrante da própria exposição; são apenas complementares e paralelos; a maioria do público não os utiliza. E, no entanto, o Quai Branly é um verdadeiro triunfo, um duradouro êxito de bilheteira, atraindo inúmeros visitantes e catapultando Paris, de novo, para o centro da museologia internacional. Quanto ao Museu do Homem, nos últimos anos os passos dos pequenos grupos escolares, dos raros especialistas e de uns poucos turistas nostálgicos, eoa-

vam nas salas peçadas de peças únicas e dispostas metódica e didacticamente, mas vazias de gentes... Passadas as primeiras impressões, tendo lido e meditado bastante sobre esta (para mim) inesperada realidade – e tentando discernir entre preferências emotivas e imperativos racionais –, concluí o seguinte:

(a) A exposição permanente do Quai Branly é assumidamente uma mostra exotérica, que quase só procura criar emoções estéticas junto do grande público, sem lhe explicar grande coisa; mas a maior parte desse mesmo grande público sente-se deslumbrado e satisfeito e não exige nem procura mais nada. Aliás, tem pressa – e a percepção emotiva é mais rápida do que a percepção intelectual. E dá menos trabalho. A dose está, pois, perfeitamente adequada ao paciente...

(b) Para uma fracção já não massiva de público existem as exposições temporárias, sempre temáticas e com fio-condutor nitidamente estabelecido, bem explicadas, claramente perceptíveis e sustentadas em óptimos catálogos. Aqui deseja-se atingir e satisfazer um público já instruído, aquele que gosta de ler – livros e objectos –, de contemplar e de pensar, que tem memória(s); sem que no entanto seja necessariamente um especialista.

(c) Para este – e para todos os mais exigentes em geral –, o Quai Branly disponibiliza gratuitamente “on line” o catálogo integral (embora ainda com algumas compreensíveis lacunas) das suas colecções de objectos, quer os expostos quer os das reservas; bem como as importantes e vastíssimas colecções de fotografias, fichas de trabalho de campo e de gabinete, e de documentos de vária ordem, principalmente oriundos do Museu do Homem. Este acesso franco e pormenorizado a todos os espólios ali conservados – que muito dificilmente poderia ter sido praticado num museu antigo e com meios insuficientes – é, quanto a nós, uma das mais conseguidas e inovadoras conquistas do Quai Branly...embora secundarizada ou mesmo desconhecida pela maioria dos visitantes que se atravancam no meio das vitrinas. O catálogo “on line” é a face esotérica da novo museu.

(d) Por outro lado, a evidência – por vezes mesmo o exagero – do pendor estético-artístico das

peças expostas conferiu-lhes não só uma outra leitura – uma nova memória a juntar a todas as anteriores –, como aumentou exponencialmente o respectivo valor de mercado. O comércio internacional e o colecionismo das “Artes Primeiras” disparou após a inauguração do Quai Branly, e as peças deste museu servem agora como que de privilegiada “medida-padrão” para aferir o próprio valor daquele mercado. Hoje, sob este aspecto, as colecções conservadas no Quai Branly valem incomensuravelmente mais do que quando jaziam nas vitrinas e reservas do Museu do Homem e do Museu das Artes de África e da Oceânia. E, ano após ano, valerão cada vez mais! O Quai Branly, além de ter apagado a incómoda memória museológica do colonialismo francês – nem todas as memórias são sempre consideradas convenientes de conservar e de dar a conhecer... –, transformou-se ainda num verdadeiro tesouro, já não sob um ponto de vista meramente cultural e simbólico, mas de uma simples perspectiva pragmática e economicista: funciona como uma efectiva “reserva áurea”, em constante valorização. Garantia primeira e absoluta de que nas décadas mais próximas nenhum poder, culto ou ignorante, se lembrará de desmanchar o novo museu, de tocar nas suas colecções, ou de subverter as suas intrínsecas memórias...

(e) Em Portugal não é atendível que algum Presidente da República, e ainda menos que algum Primeiro-Ministro, tenha o rasgo – e simultaneamente o maquiavelismo – de Jacques Chirac. Assim caber-nos-á a nós, remotíssimos herdeiros de Aristóteles na crença da bondade da busca do Conhecimento, despirmo-nos de antigos hábitos e preconceitos, e – tentando compreender com lucidez e objectividade o mundo, a época, a sociedade e a conjuntura em que hoje vivemos, especialmente no microcosmo português, bem como a extrema urgência do momento – substituir-nos de alguma forma à ausência de um poder inteligente e culto, procurando com imaginação, arrojo e coragem as melhores soluções e estratégias que permitam assegurar a perpetuação das nossas raízes e dos nossos fundamentais valores éticos e culturais.

Em concreto no que à crise de memória dos nossos governantes diz respeito, em finais desta primeira

década do século XXI, e no que concerne ao Museu Nacional de Arqueologia – que, para além de um “simples” museu, é o vero e insubstituível arquivo dos principais testemunhos históricos das nossas mais pretéritas raízes e ainda um fervilhante centro de estudos e pesquisas de consolidada projecção internacional –, defendemos como única solução digna, eficaz e de futuro a criteriosa, inteligente e inovadora concepção de um adequado edifício de raiz, a construir com urgência, porventura no âmbito da Cidade Universitária. E, porque estamos em Lisboa e não em Paris, vindo preferencialmente a trocar-se desde logo a respectiva tutela do Ministério da Cultura pela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*.

Algumas Leituras

Sobre a evolução do pensamento de Aristóteles:

Jaeger, W. (1997): *Aristote. Fondements pour une Histoire de son Evolution*, trad. francesa, Paris [1.ª ed., alemã, 1923].

Chroust, A.-H. (1973): *Aristotle. New Light on his Life and on some of his Lost Works*, Indiana.

Mesquita, A. P. (2005): *Aristóteles – Obras Completas. Introdução Geral*, Lisboa.

Sobre o *Museum* e a *Bibliotheca* de Alexandria:

Parsons, E. A. (1952): *The Alexandrian Library*, Amsterdam/London/New York.

Canfora, L. (1988): *La Véritable Histoire de la Bibliothèque d'Alexandrie*, trad. francesa, Paris [1.ª ed., italiana, 1986].

El-Abadi, M. (1997): *Vie et Destin de l'Ancienne Bibliothèque d'Alexandrie*, Paris.

Sobre o Museu do Homem versus Museu do Quai Branly e questões afins:

Dupaigne, B. (2006): *Le Scandale des Arts Premiers. La Véritable Histoire du Quai Branly*, Paris.

Latour, B., dir. (2007): *Le Dialogue des Cultures. Actes des Rencontres Inaugurales du Musée du Quai Branly*, Arles.

VV.AA. (2007): *Le Moment du Quai Branly* (=Le Débat, n.º. 147, Nov.-Déc.), Paris.

Candela, G. ; Biordi, M., coords. (2007): *L'Arte Etnica tra Cultura e Mercato*, Milano.

* Este texto foi pela primeira vez apresentado no Museu Nacional de Arqueologia, em 20 de Abril de 2010, no âmbito do ciclo «Património Cultural – Memória Comum», concretamente na sessão subordinada ao tema «Museus Nacionais – Arquivos da Memória».

Sobre José Leite de Vasconcellos, o Museu Nacional de Arqueologia e o poder político:

Leite de Vasconcellos, J. (1913): *Defensão do Museu Etnológico Português contra as Arguições que um Sr. Deputado lhe fez no Parlamento*, Lisboa.

Cardim Ribeiro, J. (2008): «Da consciência política de José Leite de Vasconcellos. Achegas para a compreensão do seu pensamento e do seu exemplo», *O Arqueólogo Português*, sér. IV, vol. 26, pp. 145-160.

Sobre os (nossos) museus, os (nossos) tempos e a (nossa) terra:

Cardim Ribeiro, J. (2005): «¿Torres de marfim, baluartes ou escolas? O papel dos museus em tempo e terra de barbárie», in *O Elogio da Cultura. Actas do VI Curso de Verão da Ericeira*, Ericeira, pp. 73-85.



Arqueologia & História